

# UMA AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA NACIONAL

LEONARDO VALADARES DE SÁ BARRETO SAMPAIO

*Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, Recife, Pernambuco.*

---

## Nota do Autor

O Brasil é um gigante microcéfalo. A sua estatura econômica e a grandeza das suas riquezas já conhecidas contrasta com a pouca valorização da sua memória, dos ensinamentos dos seus grandes vultos, da competência técnica brasileira, dos recursos humanos pátrios e cultura nacional; contrasta com a pequenez da sua elite dirigente. Pequenez em termos quantitativos, em termos da pouca e limitada participação das demais elites no processo decisório, e em termos das mesquinhas atitudes de políticos e ocupantes de cargos de direção ao priorizarem interesses pessoais sobrepujando as necessidades do país e da maioria dos brasileiros. O desequilíbrio do tamanho continental, do porte desenvolvido das suas infra-estruturas, da nutrida opulência de uma minoria cada vez mais concentradora da renda nacional, é a causa maior dos problemas políticos presentes: participação do Brasil no cenário internacional e evolução da participação a nível interno.

## I. PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO CENÁRIO INTERNACIONAL

É fato incontestável que as interdependências são cada vez maiores nas interfaces econômicas e sociais decorrentes da diminuição dos espaços vitais dos países, fruto do “desenvolvimento”.

Se as guerras são ações políticas, mesmo as de caráter ideológico, de defesa de crenças, ou puro cunho megalomaniaco, necessitam de um respaldo financeiro ou logístico, resultando sempre em disputa de mercados ou de fatores de produção.

O desenvolvimento de qualquer país – pela descoberta de riquezas, pela geração de excedentes, pela busca de auto-afirmação, gera cobiça ou competição.

O crescimento das economias mundiais, as explosões tecnológicas e populacionais, tem diminuído os espaços vitais dos indivíduos e dos países.

---

O Autor é Professor Titular aposentado do Dept. de Ciências Administrativas e do Programa de Mestrado e Doutorado em Economia e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Sócio Fundador dos Partners of América, Membro Titular da Academia Pernambucana de Ciências, da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, da International Development Society, da Academia Pesqueirense de Letras e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Nesse contexto, o progresso do Brasil não se dá sem um aumento do seu contencioso externo.

A mera intenção ou declaração unilateral de respeito a territórios e soberanias alheias, não pode eludir quanto à necessidade de ampliação da participação nas decisões e na implementação dos planos, para garantia de níveis de progresso já alcançados ou continuidade do processo desenvolvimentista.

A omissão e a exclusão só alimentam cobiças e a atração de aventureiros.

Só pode se dar ao luxo de ser “pacifista” quem tem um perfeito conhecimento de seu potencial e a capacidade de mobilizá-lo rápida e eficazmente.

Uma mera análise sociológica ou antropológica da história do Brasil, sem atenção aos componentes administrativos e econômicos, conduz a percepções errôneas e prognósticos masoquistas ou inconseqüentes.

O desenvolvimento é uma guerra, e das mais renhidas. Guerra para garantia das riquezas e do mercado interno. Guerra para a segurança dos caminhos, mercados e trocas externas. Guerra para a conscientização dos brasileiros acerca das nossas possibilidades, para a formação de uma consciência crítica e analítica, para a tomada de decisões soberanas e manutenção do desenvolvimento.

Imaginar o contrário é sonhar com berço esplêndido. Se bem que as guerras do desenvolvimento são ganhas principalmente pelas armas da competência profissional e da capacitação tecnológica, destacando-se o uso das ferramentas administrativas para a mobilização dessas capacidades e competências.

O processo de crescimento das reservas externas/endividamento interno e comprometimento dos recursos pátrios, as restrições às exportações brasileiras, a composição da pauta de trocas, os acordos internacionais firmados, atestam o exposto.

O Brasil é um país rico de potencialidades e de corpo desenvolvido, com mentalidade de subdesenvolvido imposta e cultivada pelas suas elites como forma de apropriação das riquezas nacionais e submissão da população brasileira. Enquanto os recursos humanos nacionais não forem mobilizados para assumirem a grandeza do país, sem jactância e sim árduo treinamento em busca de cada vez maior eficiência e eficácia nos desempenhos, a nossa situação em termos internacionais ensejará a que sejamos esbulhados por mais espertos fantasiados ou travestidos de amigos (mui amigos). Sem xenofobias que talvez só sirvam para limitar uma democratização ou maior participação de todos no usufruto das riquezas pátrias.

## 2. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO A NÍVEL NACIONAL

A situação nacional, no tocante à expressão política do poder nacional, foi analisada sob a ótica de 2 macro indicadores, considerados a síntese dos demais.

Esses indicadores são: Participação e Eficiência/Eficácia dos órgãos no desempenho de suas funções e geração de produtos ou prestação de serviços.

A grandeza do Brasil é incontestável – mormente no exterior. As dificuldades políticas provem da falta de um sistema político–partidário–eleitoral que promova, ou pelo menos não iniba, a distribuição de poderes, a racionalização das decisões e uso dos recursos em prol dos interesses maiores da nação, bem como permita as conseqüentes continuidade administrativa e contínua validação/avaliação do processo de realimentação desse sistema.

O substrato dos óbices a uma mais plena realização ou alcance do Objetivo Nacional Permanente – DEMOCRACIA, reside na desigual PARTICIPAÇÃO nas decisões e no usufruto de bens e serviços.

PARTICIPAÇÃO nas decisões à partir de participação nos diagnósticos das realidades locais, municipais, estaduais, regionais e nacionais, bem como na compreensão de suas problemáticas, causas e efeitos das ações.

PARTICIPAÇÃO na elaboração dos planos, programas e projetos, à partir da discussão e listagem de alternativas para solução dos problemas identificados, eleição de prioridades, definição de políticas, estratégias, diretrizes, metas e alocação dos meios necessários para o alcance dos objetivos.

PARTICIPAÇÃO na distribuição participativa de tarefas executivas, até como uma resultante motivacional, capacitacional, integracional, e de usufruto do processo participativo/desenvolvimentista.

PARTICIPAÇÃO no acompanhamento, para a identificação de oportunidades, correção de desvios, fiscalização.

PARTICIPAÇÃO no processo avaliativo, para garantia de correção de rumos e do replanejamento objetivando melhoria dos desempenhos, da eficiência executiva e da eficácia e efetividade dos resultados.

A maior participação fortalece e integra as instituições, bem como enseja a necessária identificação de potencialidades para um melhor uso e valorização das vocações e recursos locais, condição essencial para garantia da integridade do patrimônio nacional e alcance da integração das diversas regiões e brasileiros ao processo participativo de desenvolvimento.

Em contraposição, a maior violência é a falta ou negativa de participação, a

concentração de poderes e de renda, gerando impunidades, cerceando o alcance da paz social e da igualdade de oportunidades, ou democracia.

Isto pode ser exemplificado na profusão de leis geradas sem respaldo em fatos ou práticas sociais, não sendo, portanto, cumpridas e só avocadas para uso contra os menos aquinhoados socialmente, bem como para manutenção de privilégios ou a sua criação – caso típico dos cargos e funções de confiança, gerando contratações de afilhados, sem concurso público, ou de obras sem licitações.

O que pode igualmente ser constatado nas justificativas para reservas de mercado com favorecimento de incapazes e premiação de incompetência, ferindo a soberania nacional – exatamente o contrário do alegado – pela incapacidade de alcance de auto-determinação.

O despreparo de dirigentes leva a que potencialidades não sejam percebidas ou exploradas. A demagogia conduz à rejeição da possibilidade de maior participação e à imputabilidade de erros e omissões, com distorção da listagem de alternativas para solução dos problemas, alardeados propagandisticamente como aval para a obtenção de meios auguradores da manutenção do “status quo”.

Falta o Brasil assumir a sua grandeza. Falta desenvolver o social à altura da posição de 10 economia mundial. Falta valorizar os recursos técnicos e humanos para que assumam o controle dos demais fatores de produção e das riquezas pátrias, para o seu usufruto prioritário pelos nacionais.

Decisões tomadas sem maior participação impedem que as populações envolvidas e os governos locais possam tirar maior proveito da capacidade germinativa dos investimentos feitos. Este o caso, por exemplo, dos grandes projetos governamentais na região norte, ou decorrentes de incentivos fiscais e financeiros no Nordeste e no Centro-Oeste. Esses projetos tem carreado vultosos recursos econômicos, com o usufruto financeiro dos empréstimos e o envio da produção incentivada para o exterior e/ou outras regiões, aumentando os desequilíbrios regionais e a concentração da renda.

Ou seja, só as regiões mais ricas, e os mais ricos ou os estrangeiros participam do presente modelo político-econômico, o qual despreza e penaliza o desenvolvimento local e o mercado interno. Não permitindo, igualmente, a participação não educa para a vivência democrática, acima de tudo integradora, geradora de progresso e paz social.

Na grande maioria dos casos, não há interesse dos governos reconhecerem as riquezas regionais nem promoverem, na prática, a disseminação de informações para

maior democratização das oportunidades decorrentes dos grandes projetos federais implantados nas regiões. Como exemplo pode se citar o modelo de insumo–produto montado para a SUDENE, mostrando as demandas dos projetos aprovados e que poderiam gerar cadeias produtivas locais. A venda da imagem do Estado faz o “marketing” maquiado o produto de acordo com o comprador e as necessidades eleitoreiras.

Essa a comunicação da cultura e ideologia políticas praticadas ou resultantes da atuação das “elites” dirigentes.

O sistema político fechado, de feudos partidários, e voto obrigatório em candidatos espúrios, respaldado pelo ordenamento jurídico, com resultados de auto–análise ainda não mobilizadores da grande imprensa, é o principal responsável pela manutenção do regime de representatividade não representativa ou democracia indireta.

Sistema e regime estes que cada vez mais reforçam e privilegiam a lealdade e os privilégios das cúpulas. E destas a seus propósitos pessoais, pela política de distribuição de cargos, benesses e recursos em harmonia com a mais baixa coesão e integração institucional e eficiência e eficácia dos órgãos no desempenho de suas tarefas, com praticamente nenhuma democratização dos serviços, se chegam mesmo a ser prestados, uma vez que a endogenia dos órgãos (que deveriam ser) públicos é patente, e o seu objetivo tem sido beneficiar os donos do poder, a sua perpetuação e o seu enriquecimento, ao invés do atendimento das necessidades populacionais e sua educação pela própria participação e usufruto.

A grandeza do Brasil é alardeada ora como eterna, ora como futuro, na imponente de propostas mirabolantes ou projetos sem continuidade, ou amplificação unilateral dos problemas sociais sem vislumbre ou apoio à mobilização e uso de recursos locais e a soluções analisadas, priorizadas, transformadas em planos, executados, acompanhados, fiscalizados, pelos seus beneficiários, com respaldo nas competências técnicas, humanas e gerenciais locais.

Essas competências não são vistas como um ativo, como o maior dos capitais, e sim consideradas como passivos. O que vai na linha do medo dos políticos à melhoria do processo educacional pelo potencial de discernimento e mobilização das populações – a exigir a melhoria dos serviços e melhor uso dos dinheiros públicos.

As decisões são centralizadas e centralizadoras. O que se reclama do nível federal se pratica nas esferas estaduais, municipais e institucionais. As obras são executadas a toque de caixa, sem maiores auscultamentos, validação pelos recipiendos, e análises

técnicas, para evitar maiores participações, para ampliação das taxas de intermediação, via aumento de custos pós-licitações e compras sem consideração de fornecedores locais ou do potencial de desenvolvimento da capacidade empresarial regional.

Tenta-se ofuscar a grandeza do Brasil com a urbanização dos valores. Busca-se o controle das riquezas pelo aniquilamento da memória rural e despovoamento do interior. Agora se pretende consolidar as posses via controle populacional e robotização dos marginalizados.

A realidade, porém, está a contrapor os governos. A economia informal, (excetuando-se a marginalidade das drogas e o controle político-criminal dos espaços públicos, o que não se constitui produção informal) não contribui para o crescimento tributário nem para a manutenção de castas privilegiadas. O crescimento dessa economia leva ao lançamento de campanhas ecológicas por parte das grandes empresas, no temor da destruição ou integração dos mercados, o que antes era desejável, de forma cartelizada.

Os grandes projetos estão, no entanto, a interiorizar o desenvolvimento, a impactar o conhecimento do meio e a sua divulgação, a por face a face hábitos e costumes diversos, a integrar brasileiros – inclusive na pesquisa e combinação criativa de soluções.

Esses projetos estão promovendo uma reviravolta na geografia política do país, com o cruzamento de fluxos migratórios diversos. Assim, por exemplo, se, na época da borracha o nordestino desbravou a Amazônia e conquistou o Acre para o Brasil, hoje este é procurado por sulistas.

Já as antigas cidadelas dos empórios de imigração estrangeira estão assediadas por populações do Nordeste.

Tecnologias as mais avançadas estão sendo dominadas por amazônidas de fenótipo indígena, enquanto as metrópoles pagam o custo de desgovernos que só chegam para ampliar o endividamento nacional no desordenamento do uso dos espaços e destruição das riquezas locais.

Essas constatações tem levado a que os mais humildes vocalizem sem rodeios a situação política nacional. A sua constatação também previne quaisquer avanços demagógicos, enquanto a sociedade em busca de rumo processa uma auto-crítica dos valores urbanos e da deificação do amealhamento dos talentos financeiros e posses materiais, excludentes de uma igualdade de oportunidades e PARTICIPAÇÃO mais amplas.

Em síntese, a sociedade brasileira busca equiparar-se à estatura econômica do

país. A rápida deterioração da qualidade de vida nas grandes cidades contrasta com o surto de revitalização dos valores interioranos. Se, nas metrópoles, a oferta de serviços não passa de miragens, beirando o estressamento das suas capacidades pela inadequada manutenção e rápido término da vida útil dos equipamentos, a par do crescimento populacional desordenado e esgotamento financeiro decorrente da concentração das folhas no pagamento dos afilhados contratados sem concurso para funções de confiança, a infra-estrutura comunicacional e a competência dos concursados publicamente não isola mais as zonas rurais, tornando difícil, controles demagógicos e do livre permeio e entrecruza de brasileiros dos mais diversos rincões e sotaques.

O intenso questionamento valorativo é paralelizado com a demanda por uma DEMOCRACIA DIRETA ou GOVERNANTE, no lugar da desgastada “democracia representativa”. – O que tem se agudizado com a situação financeira internacional e suas repercussões sobre as tentativas de prevenção de participação, pondo as prédicas e práticas dos políticos em cheque.

O ar de pessimismo respirado nas cidades contrasta com o determinismo das regiões e sociedades ditas mais pobres ou afastadas dos grandes centros pseudo-decisórios, de não mais admitirem tutela ao seu desenvolvimento.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carlos Drummond de Andrade, tempos atrás, ao analisar do seu birô burocrático, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, a situação do país versejou:

*“Aqui ao menos a gente sabe que tudo.  
É uma canalha só.  
Lê o seu jornal, mete a língua no governo.  
Queixa-se da vida (a vida está tão cara).  
E no fim dá certo.”*

Na incerteza dos dias presentes, a responsabilidade decorrente dos trôpegos passos democráticos, expostos nas idas e vindas dos partidos, políticos e casas legislativas, a demandarem pressão política para abertura e transparência, leva a que se questione pessimismos masoquistas e otimismo inconseqüentes.

A única certeza é que o desenvolvimento é uma guerra e participação é conquista.

Se, nos extremos dos regimes, as pessoas valem pelo que tem e podem dar, as vitórias do progresso são conseguidas pela valorização dos recursos humanos e sua

capacitação científica e tecnológica – para AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO, do questionamento e da democratização das potencialidades e análise das alternativas de seu aproveitamento.

O atual momento brasileiro é, acima de tudo, político e, mais que isso – de decisão política das nossas elites dirigentes e de todos aqueles que, COMO NÓS, são parte dessa parcela privilegiada.

Teimamos em manter o fosso desenvolvimentista ou nos afirmamos como um grande povo, cômico das nossas riquezas, da nossa história e do nosso destino?

Queremos nos manter como uma casta privilegiada à custa do trabalho e do futuro dos mais pobres, da riqueza das regiões ditas mais pobres para mais facilmente serem exploradas; ou desejamos legar um futuro livre e democrático para os nossos filhos e os de todos os brasileiros? Livre porque altaneiramente independente, e democrático, porque igualitário no usufruto e nas oportunidades.

Assumimos o que somos – a nossa grandeza d'alma, as riquezas de espírito e as posses naturais e o desenvolvimento material já alcançado e tomamos decisões consentâneas, ou nos amesquinhamos no decidir personalisticamente, egoisticamente, fisiologicamente, imediatisticamente, entreguisticamente?

Mente quem não quer ser parte da Verdade. Erra quem se omite ou não se capacita para decidir à luz de dados e métodos racionais científicos.

Assumimos a nossa grandeza e a avassaladora grandeza das desigualdades presentes e decidimos democraticamente, PARTICIPATIVAMENTE, ou nos rebaixamos à subserviência dos mercados externos, dos desejos alienígenas, das falaciosas cobiças pessoais?

São incontestes a grandeza do Brasil, da nossa cultura, do nosso povo, das nossas potencialidades já transformadas em realidade, ou seja, da riqueza ainda por explorar e daquela já em usufruto.

O capital herdado da natureza e do tirocínio dos formadores da Nação Brasileira, e o capital investido no nosso desenvolvimento, por cada um de nós, por nossas famílias, por nossos ascendentes, superam de muito os nossos problemas, o número de nós, e as necessidades básicas do povo brasileiro.

Acreditamos na grandeza da decisão política, que virá no momento em que houver MOBILIZAÇÃO e COMPETÊNCIA DIRIGENTE para cumprimento por parte dos governos da nossa Carta Magna.

A obediência à nossa Constituição dispensa mesmo e acautela quanto a pretensas reformas que geralmente só servem para manter ou reforçar o “status quo”, no dito



popular – mudar para que tudo fique como está.

Principais conclusões:

1. Brasil – Gigante microcéfalo
2. Participação do Brasil no cenário internacional:
  - A guerra do desenvolvimento.
3. Evolução da participação em termos nacionais:
  - Falta sistema de distribuição de poderes.
  - Falta competência administrativa dos dirigentes.
  - Falta valorização das vocações e dos recursos locais.
  - Falta os governos cumprirem a constituição nos artigos relacionados com a superação dos desequilíbrios regionais e regionalização dos orçamentos.
4. Maior violência:
  - Falta ou negação de participação – impunidade – concentração de poderes e de renda.
5. Democracia demanda competência e participação.